

grandes

opções do plano **2010**
ano financeiro



município de
Peniche

www.cm-peniche.pt

Grandes Opções do Plano e Orçamento

Ano 2010

Câmara Municipal de Peniche

| | |
|---|----|
| 1. ENQUADRAMENTO | 3 |
| 2. METODOLOGIA | 4 |
| 3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | 5 |
| Educação | 22 |
| Política Social | 23 |
| Política Social de Habitação | 23 |
| Prohabita | 24 |
| Acção Social | 25 |
| GPS – Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade | 25 |
| Mediação familiar | 26 |
| Promoção da Cidadania Sénior | 27 |
| GMIEAA – Gabinete Municipal de Iniciativa, Empreendedorismo e apoio ao associativismo | 28 |
| Mercado Social de Emprego | 30 |
| Parcerias | 30 |
| Rede Social | 31 |
| GIP - Gabinete de Inserção Profissional | 31 |
| Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Peniche | 32 |
| Saúde | 32 |
| Turismo | 33 |
| Protecção Civil | 34 |
| Trânsito | 34 |
| Ambiente | 35 |
| Relacionamento com outros Órgãos Autárquicos | 37 |
| Obras Municipais | 37 |
| Política Cultural | 38 |
| Política Desportiva | 40 |
| Juventude | 42 |

1. ENQUADRAMENTO

A competência para elaboração das propostas das Grandes Opções do Plano e do Orçamento é atribuída à Câmara Municipal, através da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que deverá ser sujeitas à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a linha d) do n.º 2 do artigo 53.º do citado diploma legal.

Os documentos previsionais para 2010 foram elaborados de acordo com o estabelecido com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, nomeadamente cumprindo os princípios contabilísticos e as regras previsionais no tocante ao Orçamento.

As Grandes Opções do Plano mantêm a estrutura utilizada desde 2007, contudo, para além da parte introdutória do enquadramento e metodologia, as orientações estratégicas que nortearão a actividade municipal em 2010, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que descreve de forma pormenorizada os projectos e acções previstas realizar, com um horizonte temporal de 4 anos e as Actividades Mais Relevantes (AMR), que menciona as actividades que, apesar de não constituir investimento, tem uma grande importância nas diversas áreas de actuações da Câmara.

Os objectivos tanto do PPI como das AMR são ordenados de acordo com a classificação funcional do POCAL.

No orçamento estão inseridas todas as receitas previstas arrecadar e todas as despesas previstas realizar durante 2010, classificadas de acordo com o Código dos Contratos Públicos (CCP) no Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro.

Na elaboração foram cumpridos os princípios orçamentais, constantes no ponto 3.1 do POCAL e a previsão das receitas foi efectuada de acordo com as regras previsionais, constantes no ponto 3.3 do POCAL, alteradas pelo Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril. As excepções a estas regras são justificadas na parte introdutória do orçamento.

2. Metodologia



Os documentos previsionais para 2010 foram elaborados a partir dos contributos solicitados a todas as unidades orgânicas municipais, como tem sido habitual nos últimos anos. Mais uma vez a colaboração dos serviços foi essencial para a qualidade dos documentos em questão, demonstrando envolvimento e empenho dos responsáveis na preparação da actividade municipal para o próximo ano.

A actividade prevista realizar está contida nas atribuições e competências das autarquias locais, previstas na Lei n.º 159/99. As Grandes Opções do Plano, tanto no tocante ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), como às Actividades Mais Relevantes (AMR), estão ordenadas por objectivos, programas, projectos e acções. Na sua apresentação são dados elementos sobre funções de fontes de financiamento, unidade orgânica responsável pela execução, prazo de execução, definição do financiamento e desenvolvimento temporal de investimento.

Os documentos previsionais são estruturados de acordo com o POCAL, sendo utilizada a classificação funcional para o PPI e as AMR. O orçamento é constituído pelo quadro resumo inicial e pela discriminação de todas as receitas e despesas, correntes e de capital, apresentando-se mapas auxiliares desagregados tanto de receitas como de despesas, para melhor compreensão dos montantes financeiros inscritos, de forma agregada, em diversas rubricas.

As Grandes Opções do Plano para 2010, são constituídas pela presente parte introdutória, pelas Orientações Estratégicas, pela análise dos principais agregados financeiros, pelo Orçamento da Receita e da Despesa e respectivos mapas auxiliares e pelos mapas do PPI e dos AMR.

3. Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas para o ano de 2010, reflectem todo o trabalho desenvolvido no mandato 2005-09 no qual foram elaborados projectos estruturantes, submetidas diversas candidaturas ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e, acima de tudo, foi elaborada a Magna Carta – Peniche 2025, aprovada por unanimidade por todas as forças políticas, e que norteará o desenvolvimento no futuro próximo do concelho de Peniche.

A existência de um plano de desenvolvimento estratégico – Magna Carta -, permite que em 2010 se inicie o processo de revisão do Plano Director Municipal, devidamente enquadrado nos instrumentos de planeamento regional (PROT-OVT) e que vá de encontro as reais necessidades do concelho proporcionando um desenvolvimento justo, equilibrado e sustentável.

A conjuntura económica nacional e internacional é fortemente condicionante ao nível do desenvolvimento económico e investimento privado, ao qual se adiciona a forte contenção de investimento público, a diminuição de verbas transferidas para os municípios e aumento das suas competências. Apesar deste quadro desfavorável, a Câmara Municipal de Peniche concretizará a partir de 2010 importantes projectos determinantes para o aumento da atractividade global do concelho, nomeadamente a reabilitação do fosso da muralha, construção dos novos equipamentos escolares do concelho, o centro de alto rendimento de surf e a reabilitação ao nível da habitação social.

Ao nível da pesca, a aprovação da constituição do Grupo de Acção Costeira do Oeste, proporcionará os mecanismos financeiros indispensáveis para o desenvolvimento de diversos projectos que tenham por objectivo contribuir para a sustentabilidade da comunidade directamente dependente da pesca.

Em torno da marca Peniche – Capital da Onda, temos vindo a desenvolver projectos que aproveitam e valorização de modo sustentável um dos nossos recursos marítimos, as ondas, numa dupla vertente – desporto e energias renováveis. Em Outubro de 2009, Peniche foi o local escolhido a nível mundial para receber uma das etapas do Circuito Mundial de Surf – Rip Curl Pro Search 2009. O nível competitivo atingido, o grau de satisfação dos melhores surfistas masculinos e femininos mundiais, a atractividade gerada a nível nacional e o impacto a nível internacional, contribuíram para que Peniche e

Portugal continuem nos próximos anos a figurar no Circuito Mundial de Surf, conquistando por direito próprio um lugar entre os melhores destinos mundiais para a prática de surf ao mais alto nível.

Para além da vertente desportiva, as ondas têm sido alvo de aproveitamento energético. Tendo iniciado em 2009, prolongando-se até 2012, o projecto SURGE (Simple Underwater Renewable Generation of Electricity), tem por objectivo otimizar uma tecnologia para aproveitamento da energia das ondas de modo a que no final do projecto a mesma entre numa fase pre-comercial. Este projecto, financiando em 3 milhões de euros pelo 7º programa-quadro da União Europeia, envolve um consórcio internacional liderado pela AW Energy (Finlândia), do qual faz parte o Município de Peniche e empresas da região (Estaleiros Navais de Peniche e Eneólica).

O cluster do “Conhecimento e Economia do Mar”, do qual faz parte o Município de Peniche, será uma excelente oportunidade para colocarmos definitivamente a agenda do mar no dia-a-dia da sociedade portuguesa, criando e distribuindo riqueza.

A constituição deste cluster adequa-se completamente à participação de Peniche, em primeiro lugar devido à sua importância no contexto das actividades marítimas, com actividades bastante relevantes a nível regional e nacional e tão variadas como a pesca, a construção e reparação naval, os desportos náuticos, o turismo, a energia das ondas, a investigação e o ensino ligados aos recursos marinhos, entre outros.

Apesar da reduzida dimensão territorial, o concelho de Peniche possui condições de excelência para o desenvolvimento de uma grande variedade de projectos relacionados com o Mar, sendo o cluster do conhecimento e economia do mar um veículo para que os mesmos se possam vir a concretizar a médio-longo prazo.

A título de exemplo, um dos projectos âncora que fazem parte da estratégia colectiva do cluster diz respeito ao “Turismo Marítimo de Natureza”, no qual o Município de Peniche possui projectos já em execução no sentido de promover e valorizar o seu património natural marítimo. O aproveitamento dos potenciais existentes para o desenvolvimento de actividades de turismo de natureza constitui pois uma forma de contribuir para a criação de riqueza local, para promover a diversificação de actividades económicas e para promover o emprego junto da respectiva comunidade.

RECURSOS HUMANOS

Com a entrada em vigor do Regime do Contrato de Trabalho da Função Pública no início de 2009, foram introduzidas alterações substanciais na contratação de pessoal. Essas alterações consubstanciaram-se principalmente numa intensa carga burocrática, assim como numa significativa morosidade processual, que impuseram uma grande mudança de procedimentos e de rotinas nos serviços de recursos humanos.

No entanto espera-se que em 2010 algumas lacunas legais no referido regime sejam supridas, como a revisão das carreiras especiais e a definição dos níveis remuneratórios dos cargos em comissão de serviço.

Apesar do significativo avanço verificado no último mandato na resolução de situações de trabalhadores contratados a termo resolutivo certo e a satisfazer necessidades de trabalho permanentes, subsistem ainda alguns casos pontuais, que se esperam solucionar durante 2010 e cuja resolução já está prevista no Mapa de Pessoal.

Continuará a ser uma das principais directrizes deste Executivo a prossecução de uma política de promoção e valorização profissional dos recursos humanos.

No tocante à segurança, higiene e saúde no trabalho, foi iniciado o procedimento concursal para a contratação de um Técnico Superior no início do 2.º semestre de 2009, estando previsto a sua entrada em funções no 1.º trimestre de 2010. Prevê-se assim a consolidação deste sector, que irá permitir a supressão de uma lacuna importante na gestão de recursos humanos.

O Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, veio aplicar às autarquias locais a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, que estabelece o SIADAP 1, 2, 3. Assim, em 2010 não só serão avaliados os desempenhos dos trabalhadores (SIADAP 1) e dos dirigentes (SIADAP 2), como também serão avaliados os desempenhos dos serviços (SIADAP 3).

A avaliação de desempenho de cada serviço assentará num quadro de avaliação e responsabilização (QUAR), sujeito a avaliação permanente, onde seja evidenciado, para além de outros aspectos, a missão do serviço, os objectivos estratégicos plurianuais, determinados superiormente e os indicadores de desempenho e respectivas fontes de verificação.

Quanto à avaliação de desempenho dos dirigentes, é de referir a introdução da percentagem de 25% para as menções de desempenho relevante e, de entre estas, 5% do total de dirigentes intermédios do serviço para o reconhecimento de desempenho excelente.

Também há a registar como aspecto inovador a introdução da comissão paritária, com competência consultiva. Esta será composta por quatro vogais, sendo dois representantes designados pelo Presidente da Câmara, um deles membro do conselho coordenador da avaliação e dois representantes dos trabalhadores, por estes eleitos.

A experiência de aplicação do SIADAP nos dois últimos anos leva a que se encare com optimismo a aplicação do SIADAP 1, 2, 3 na autarquia. Pretende-se serviços mais funcionais e eficientes, bem dirigidos e dotados de profissionais competentes.

A colaboração com as estruturas sindicais continuará a merecer a devida atenção, assim como será mantida a estreita colaboração com o Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal.

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Apesar de ter sido elaborada uma proposta de estrutura orgânica em 2009, não houve condições para a fazer aprovar pelos órgãos autárquicos, devido à publicação do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que veio alterar de forma significativa as formas de organização dos diversos serviços municipais. O citado preceito legal obriga a que, até 31 de Dezembro de 2010, as autarquias locais devem promover a revisão da organização dos seus serviços.

A organização dos serviços municipais será constituída por unidades orgânicas, lideradas por pessoal dirigente, e subunidades orgânicas, lideradas por pessoal com funções de coordenação. As unidades orgânicas serão subdivididas em nucleares, que corresponderão aos departamentos, e flexíveis que corresponderão às divisões. As subunidades orgânicas corresponderão às actuais secções.

O tipo de organização deve ser adequado às atribuições do Município, obedecendo aos seguintes modelos:

- Estrutura hierarquizada;
- Estrutura matricial e
- Estrutura mista (hierarquizada e matricial).

Poderão ainda ser criadas equipas de projecto no âmbito da estrutura hierarquizada. A estrutura matricial será adoptada para áreas operativas dos serviços, sempre que se possam desenvolver essencialmente por projectos, devendo ser constituídas equipas multidisciplinares, com base na mobilidade funcional.

No tocante à aprovação da organização dos serviços municipais, a Assembleia Municipal aprovará o modelo de estrutura orgânica e as unidades orgânicas nucleares e definirá o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, de subunidades orgânicas, de equipas multidisciplinares e de projecto.

À Câmara Municipal competirá criar as unidades orgânicas flexíveis, as equipas multidisciplinares e de projecto. Ao Presidente da Câmara competirá a conformação da estrutura interna das unidades orgânicas e das equipas de projecto e multidisciplinares e a criação, alteração e extinção de subunidades orgânicas.

Quanto à previsão de cargos de direcção intermédia de 3.º grau, são suscitadas várias dúvidas, nomeadamente quanto à sua previsão no modelo de organização e quais os trabalhadores que podem ocupar os referidos cargos e qual o seu estatuto remuneratório.

Os ajustes organizacionais dos serviços municipais, derivados da revisão da estrutura orgânica, deverão ter em conta os normativos legais antes mencionados, devendo a estrutura hierarquizada existente ser operacionalizada no sentido de melhorar a eficiência e eficácia dos serviços municipais, e ser equacionada a formação de equipas multidisciplinares para sectores como o Gabinete de Fundos Comunitários e o Gabinete de Apoio ao Empresário/Investidor.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Durante o início de 2010 serão equacionadas as possibilidades de candidatura a programas de modernização (SAMA-POPH), através da Comunidade Intermunicipal do Oeste (Oeste – CIM).

A informatização dos diversos serviços da Divisão Administrativa irá ser aprofundada, prevendo-se a finalização da introdução de dados relativos a publicidade, ocupação da via pública e cemitério. Quanto ao programa de gestão documental, ir-se-á passar à fase da desmaterialização da correspondência.

É também intenção da Divisão Administrativa iniciar contactos com diversas entidades (Instituto do Consumidor, DECO, ACISP, etc.) para criação de um Gabinete de Apoio ao Consumidor (GAC), com o objectivo de informar, prevenir, encaminhar e mediar situações de conflitos de consumo.

Na Divisão Financeira, irá proceder-se à desmaterialização dos circuitos básicos de Aprovisionamento, POCAL e Património. O Sector de Património, já devidamente dotado de recursos humanos e materiais, irá iniciar a inventariação física, etiquetagem e reconciliação físico – contabilística dos bens móveis dos diversos edifícios municipais e a inventariação contabilística dos bens imóveis pertencentes ao Município.

Relativamente à implementação da Contabilidade de Custos, está prevista para 2010 a aplicação da documentação de recolha de informação dos diversos centros de custos dos serviços municipais.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PLANEAMENTO URBANO

O início do ano de 2010, coincidiu, praticamente, com um novo mandato autárquico, numa situação crítica das finanças públicas, que não deixará de nos afectar, enquanto serviço público e num clima de grandes mudanças, a todos os níveis, na área do urbanismo e numa altura vital para o grande arranque dos projectos financiados pelo QREN, muitos e grandes são os desafios a enfrentar.

Na gestão urbanística, onde, apesar de todas as dificuldades legais e de todas as vicissitudes do novo regime jurídico, foi possível fazer progressos assinaláveis, ao nível dos tempos de resposta, da responsabilidade funcional e de gestão de processos, da qualidade do atendimento ao munícipe, das comunicações, do controlo em obra e até das mentalidades.

Vencida, numa primeira fase, a principal ameaça, numa autêntica corrida contra o tempo para evitar a hemorragia de pessoal, que poderia, a curto prazo, deitar por terra todo o trabalho feito até agora, importa dotar esta Divisão com os recursos humanos mínimos indispensáveis, para assegurar três vertentes fundamentais:

- A Gestão de Procedimentos nas Operações de Loteamento;
- O controlo interno;
- A componente jurídica.

De resto, são serviços que já funcionam por si só, com prazos de resposta que rivalizam com as melhores autarquias no país e, bastarão essas componentes para permitir, o início do processo de “certificação dos serviços”.

Basta para tal um pequeno passo, sempre necessário em qualquer situação e constitui um dos nossos desafios a vencer em 2010.

No planeamento urbanístico, por mais que nos tenhamos esforçados, ainda não conseguimos fazer passar completamente a mensagem, do que tem sido a autêntica revolução legislativa e normativa a este nível, bem como as suas implicações, incluindo na estruturação de uma política municipal de ordenamento do território. Com efeito, o edifício legislativo e normativo parece finalmente começar a ser visível, embora com muitas implicações ao nível dos planos em curso e de todos os pressupostos de planeamento.

Como já tem sido por várias vezes salientado e nunca será de mais recordar, o nosso regime legal de ordenamento do território, até há muito pouco tempo, era, supostamente, gerido pelos municípios, com uma grande carga tutelar de organismos da administração central, que, por regra, assumiam os todos os seus direitos de tutela, não raras vezes de forma subjectiva, mas declinavam as suas responsabilidades, quando era caso disso.

Neste contexto, os PDM de primeira geração, impostos na última década do século passado, eram, quase sempre, os únicos e os principais instrumentos de gestão do território, em que a vertente regulamentar se sobrepunha claramente à estratégia de desenvolvimento.

A publicação do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (RJIGT) em 2007, pese embora as diversas alterações que já foram feitas, as regras começaram finalmente a clarificar-se. Não que a tutela sobre as autarquias tenha deixado de existir. Porventura até se terá adensado. Mas, pelo menos, a margem de arbitrariedade foi bastante reduzida.

Por outro lado, a publicação do Plano Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território (PNPOT), mal ou bem, com critérios mais ou menos discutíveis, definiu orientações políticas de nível nacional, bem como forma de colaboração entre a administração central, regional e local, em matéria de

ordenamento do território e os planos regionais, no nosso caso, o Plano Regional de Ordenamento do Território – Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT), vieram claramente definir quadros de referência para o planeamento municipal, que, enquanto se mantiverem em vigor, são de natureza obrigatória.

Por último, os novos enquadramentos legais da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) que obrigam a parcerias entre a administração central, regional e local e as Portarias Regulamentares que definem, em termos técnicos, regras ao nível de instrumentos de planeamento, que vão desde a cartografia digital validada, certificada ou homologada, à simbologia e à classificação das tipologias de solos, vêm quase que completar o quadro legal e regulamentar do planeamento urbanístico, com repercussões muito importantes no planeamento urbanístico municipal, se bem que ainda faltam dois pilares importantes, como sejam: - A nova lei dos Solos e, tanto ou mais importante, a capacidade efectiva de intervenção dos municípios, incluindo a capacidade financeira, para execução dos planos.

Mas, as questões do planeamento urbanístico não se ficam pelo quadro atrás descrito. As recentes medidas de incentivos e benefícios de carácter fiscal, para áreas de reabilitação urbana prioritária e a realidade actual do edificado nas zonas históricas, impõem, no mínimo que as autarquias locais (Municípios e Freguesias), reflectam sobre as opções prioritárias e, se for caso disso, pesem as vantagens e inconvenientes, entre o planeamento para a expansão urbanística de áreas em que a lei actual obriga a programar, infra-estruturar e urbanizar, sem, que muitas vezes se perspectivem investimentos privados a curto ou médio prazo que os justifiquem e a salvaguarda de património edificado nos núcleos mais antigos.

Tal como a nível nacional, o planeamento deveria ter começado por linhas orientadoras de políticas ordenamento, também ao nível local, a estratégia deve imperar na formulação das orientações que deverão ser absorvidas pelos instrumentos de planeamento. Neste contexto, a Magna Carta Peniche 2025, assume uma especial relevância, como orientação estratégica para a revisão do PDM já em curso, salvaguardando-se a dinâmica normal destes instrumentos, muitas vezes motivadas por circunstâncias externas imprevisíveis, mais ou menos conjunturais.

Sem esquecer os instrumentos de planeamento em curso, em especial os Planos de Urbanização que são fundamentais para uma estruturação urbana arrumada dos principais núcleos urbanos do concelho, bem como os Planos de Pormenor das UOPG's já em fase final e o Plano de Pormenor da

ADTE sul de São Bernardino, tal como referido no ano transacto, o principal desafio para o concelho em 2010, será, sem dúvida, dar um incremento no processo de revisão do PDM, com passos seguros, mas decididos. Será porventura, o mais importante desafio que nos espera já em 2010, até pelo facto das bases terem sido lançadas.

QREN – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL

O ano de 2010 será marcado pelo arranque físico de algumas das principais candidaturas desenvolvidas e aprovadas durante os anos de 2008 e 2009. A maioria das candidaturas a submeter durante este ano encontra-se já prevista e com financiamento reservado, no âmbito do Contrato de Subvenção Global (contratualização) entre a Comunidade Intermunicipal do Oeste e o Mais Centro ou no âmbito de Estratégias de Eficiência Colectiva, aprovadas durante 2009.

As restantes candidaturas, a apresentar através de sistema de concurso, correspondem ou a projectos com alguma continuidade temporal, como é o caso do Programa de Estágios Profissionais da Administração Local (PEPAL) ou a operações que, pela sua especificidade, ou por atrasos e indefinições ao nível das estruturas de decisão e financiamento, aguardam ainda a abertura de concurso por parte dos respectivos programas operacionais.

Do conjunto de candidaturas em que o Município se encontra envolvido destacam-se, pela sua dimensão financeira e relevância estratégica, as que constituem Estratégias de Eficiência Colectiva, quer no âmbito da Política de Cidades - POLIS XXI, quer no âmbito dos Clusters e Pólos de Competitividade.

A taxa de aprovação de candidaturas já muito positiva, que em final de 2008 registava um valor acima dos 83%, veio ainda assim a registar um aumento em 2009, ano em que não se contabilizou a reprovação de qualquer candidatura submetida pelo Município de Peniche.

Uma vez mais, importa realçar os bons resultados obtidos até ao momento, resultam em larga medida do trabalho de envolvimento e cooperação levado a cabo com diversos municípios, empresas, associações e instituições de investigação e ensino, tendo em vista o desenvolvimento de parcerias para a apresentação da grande maioria das candidaturas, conforme é exigência dos regulamentos critérios de selecção e admissibilidade do QREN.

No que concerne às candidaturas já aprovadas, é esperado que em 2010 se venha a verificar o início da execução física de candidaturas que são constituídas por uma única operação. No caso das candidaturas constituídas por mais do que uma operação é provável que nem todas venham a iniciar-se durante 2010.

Seguidamente, apresenta-se uma breve descrição das referidas candidaturas.

PROGRAMA DE ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL 2009/2010

Submetida em Agosto de 2009, aprovada e a decorrer até Agosto de 2010, esta é uma candidatura que visa dar continuidade ao objectivo de promover a modernização, a colmatação de algumas lacunas funcionais e o rejuvenescimento dos recursos humanos do Município, proporcionando contratos de formação em posto de trabalho a jovens entre os 18 e os 30 anos, possuidores de licenciatura ou bacharelato (níveis de qualificação V e IV) ou habilitados com curso de qualificação profissional (nível III), recém-saídos dos sistemas de educação e formação à procura do primeiro emprego ou desempregados.

Em 2009 foram promovidos estágios para as áreas de Secretariado, Administração Pública e Autárquica, Direito, Ciências da Educação, Geografia e Protecção Civil. Em Agosto 2010 será submetida nova candidatura para as áreas funcionais que se verifique necessário, ainda a definir.

PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

Integrado no Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade, este Plano Municipal fará parte da primeira geração de planos desta natureza. Submetida e aprovada em 2008, esta é uma candidatura que visa a implementação de um projecto de âmbito municipal a desenvolver ao longo de 24 meses, com a participação de parceiros locais, nacionais e internacionais.

Para além do estudo de diagnóstico aos constrangimentos e barreiras à acessibilidade o projecto prevê o desenvolvimento de um plano de comunicação e divulgação, acções de formação e sensibilização para técnicos, empresas e população em geral.

O lançamento deste plano decorreu no passado dia 9 de Fevereiro, numa cerimónia realizada no Auditório do Edifício Cultural da Câmara Municipal de Peniche.

PLANO LOCAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

O Plano Local de Promoção da Acessibilidade encontra-se integrado no Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade. Igualmente submetido e aprovado em 2008, este projecto incide sobre uma área de intervenção que abrange todo núcleo da cidade de Peniche. Trata-se de um projecto com objectivo, metodologia e acções semelhantes ao anterior, mas com um orçamento mais reduzidos e um prazo de execução de apenas 12 meses.

Tal como no caso do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade, o lançamento deste plano decorreu no passado dia 9 de Fevereiro, numa cerimónia pública realizada no Auditório do Edifício Cultural da Câmara Municipal de Peniche.

REQUALIFICAÇÃO DAS PRAIAS DO MOLHE LESTE E MEDÃO - SUPERTUBOS

A requalificação das praias do Molhe Leste e Medão - Supertubos enquadra-se nos princípios e objectivos da Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional, designadamente na qualificação da frente de mar abrangida. Este projecto, contribuirá para a conservação de recursos e do património natural e paisagístico, reforçando e promovendo a qualificação da zona costeira, valorizando um troço de características naturais, com forte utilização balnear.

Esta acção, com um prazo de execução de 24 meses, promoverá ainda a melhoria das condições de utilização balnear, para o desenvolvimento sustentável de actividades e usos específicos e salvaguarda de áreas vulneráveis e de risco.

O projecto, apresentado a concurso em parceria com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, prevê intervenções em áreas sensíveis sujeitas actualmente a grande pressão antrópica relacionada com a actividade balnear, contribuindo para a melhoria da segurança das pessoas e para a prevenção da degradação dos ecossistemas costeiros, correspondendo integralmente às prioridades estratégicas definidas pelo município em termos ambientais. Durante o ano de 2010 serão corrigidos e finalizados alguns projectos de especialidades em falta, para posteriormente dar-se início ao lançamento do concurso para execução da empreitada.

ROTA REDE NATURA DO OESTE

Este projecto em parceria com os municípios de Lourinhã e Torres Vedras e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, consiste na implementação de um percurso pedestre devidamente delimitado, sinalizado e homologado ao longo de mais de 40 km da orla costeira dos três concelhos, maioritariamente em espaço classificado como Rede Natura 2000.

A sinalética a produzir incluirá informações sobre fauna, flora, geologia, história, etnografia e património edificado, promovendo a riqueza e singularidade ambiental e paisagística desta faixa litoral, essenciais para o desenvolvimento e diversificação das ofertas e actividades turísticas. Este projecto, que inclui a elaboração de conteúdos como um site, um livro, flyers e desdobráveis, deverá ficar concluído durante o primeiro semestre de 2010.

REDE ECOS

Tendo sido um dos 5 projectos aprovados a nível nacional numa candidatura apresentada às “Acções Preparatórias” no âmbito da Política de Cidades – Polis XXI, este é um projecto em parceria com mais 6 municípios do Oeste, Alentejo e Algarve que beneficiou de um período de maturação de mais de 9 meses, ao longo dos quais foram desenvolvidas dezenas de actividades como seminários técnicos, acções de benchlearning e benchmarking, promoção e divulgação da rede, reuniões com parceiros institucionais e privados, e reuniões de preparação e desenvolvimento da candidatura.

Subordinada ao tema da Energia e Construção Sustentáveis, esta candidatura é fortemente alicerçada na preservação ambiental e na sustentabilidade e baseia-se num conjunto de projectos a desenvolver ao longo de 4 anos que inclui acções individuais e comuns entre os parceiros participantes.

Os quatro projectos individuais apresentados pelo Município de Peniche incluem a investigação, experimentação e produção de energia a partir de fontes renováveis e a aplicação de soluções de micro-geração.

Até ao final de 2010 todas as operações comuns à rede deverão ser iniciadas. O Município de Peniche também deverá submeter as suas candidaturas individuais, as quais dispõem de verbas já reservadas.

REDE DE CIDADES COM MARINAS

Tal como a candidatura anterior este é um projecto a financiar no âmbito das “Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação da Política de Cidades – Polis XXI”.

Esta candidatura, consiste no desenvolvimento de uma rede temática entre 12 Municípios do continente, em torno da promoção, melhoria das condições físicas e da oferta de serviços associados à náutica de recreio, enquadrando-se nos objectivos estratégicos do Município no que respeita ao desenvolvimento sustentável das actividades turísticas relacionadas com o mar.

Constituído por operações comuns e individuais, este é um projecto com um horizonte temporal de 4 anos e que prevê a comparticipação complementar através de diversos Programas Operacionais do QREN, já que inclui acções que vão desde a requalificação física de edifícios, equipamentos e serviços até outras de características imateriais como o marketing, a promoção e a formação profissional associados à temática da rede a constituir.

É expectável que durante 2010 venha a realizar-se a assinatura do Protocolo de Financiamento entre os vários beneficiários e os Programas Operacionais das Regiões Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve.

CLUSTER DO CONHECIMENTO DA ECONOMIA DO MAR

Anteriormente designada por Cluster do Mar da Região Centro, esta candidatura visou a obtenção do reconhecimento e promoção das actividades ligadas ao mar enquanto Estratégia de Eficiência Colectiva pelo Programa Operacional Factores de Competitividade.

O Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar consiste na criação de sinergias, de uma visão integradora e de objectivos comuns, através coordenação de dezenas de operações, previstas ou em desenvolvimento, subordinadas ao mesmo tema, mas que podem aplicar-se a áreas tão diversas como o turismo, a pesca, a aquacultura, a construção e reparação naval, a biotecnologia, os transportes, a produção de energia ou o património e a educação.

Este projecto, a desenvolver até 2013, envolve dezenas de parceiros das regiões Norte e Centro que vão desde associações de municípios a empresas privadas, instituições de ensino e investigação, associações empresariais, profissionais e de produtores.

O Município de Peniche, em representação da Comunidade Intermunicipal do Oeste, integra a direcção Associação Oceano XXI, entidade constituída para promover e implementar o Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar.

O início físico da operação ocorrerá no primeiro semestre de 2010 e terá uma duração de 10 meses.

RECUPERAÇÃO DO FOSSE DA MURALHA DE PENICHE

O projecto de Recuperação do Fosso da Muralha e Espaço Envolvente - Frente Ribeirinha e Cento Histórico de Peniche promovido pelo Município de Peniche em parceria com a ADEPE, a ACISCP, a CERCIPeniche, a Acompanha, a Fábrica da Igreja Paroquial de S. Pedro e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. Pedro de Peniche foi aprovado em Junho de 2009.

Este projecto, com um horizonte temporal de 4 anos, visa promover a requalificação ambiental e urbana do Centro da Cidade, a criação de condições para o recreio náutico e respectivas actividades e serviços e ainda fomentar o desenvolvimento do tecido comercial e económico local. O conjunto das operações previstas, com protocolo de financiamento assinado e verbas co-financiamento reservadas, terá um impacte significativo na atractividade e no reforço da centralidade e integração funcional do Centro Histórico na cidade, com resultados e efeitos esperados nas dimensões física e ambiental, social, económica, e cultural.

Das operações que constituem esta candidatura, destaca-se a Obra de Recuperação do Fosso da Muralha – Área Molhada que se encontra já adjudicada e terá o seu início físico durante o primeiro semestre de 2010.

CENTRO DE ALTO RENDIMENTO DO SURF

O Centro de Alto Rendimento do Surf de Peniche integra-se na respectiva rede nacional bem como na Medida 6 - Centros de Alto Rendimento, da Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

Este equipamento, já com candidatura comunitária aprovada e com empreitada adjudicada, será construído sobretudo em estrutura ligeira, recorrendo maioritariamente a materiais como a madeira e o vidro, deverá integrar-se perfeitamente na paisagem envolvente, incorporar uma componente de micro-

geração de energia e de aproveitamento de águas pluviais para rega e usos sanitários e uma sala destinada a acções de promoção e sensibilização ambiental.

O edifício, com capacidade para alojar mais de 30 pessoas, será constituído por 3 áreas distintas: uma zona residencial, uma área polivalente e uma área comum/social.

CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE ACÇÃO COSTEIRA DO OESTE

Com vista à aplicação até 2013 do Eixo 4 (Desenvolvimento Sustentável das Zonas da Pesca) do Programa Operacional Pesca – PROMAR, constituiu-se em 2009 o Grupo de Acção Costeira do Oeste em parceria com o Município da Nazaré, a Associação para o Desenvolvimento de Peniche, o Sindicato de Trabalhadores da Pesca do Centro, a Cooperativa dos Armadores de Pesca Artesanal, a Associação de Armadores de Pesca Local Costeira e Largo da Zona Oeste, a Organização de Produtores do Centro, a Associação de Armadores e Pescadores da Nazaré e a Mútua dos Pescadores.

O Grupo de Acção Costeira do Oeste, liderado pela ADEPE e com candidatura já aprovada, passa a ser a entidade regional responsável pela definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável dentro da sua área de intervenção com vista a apoiar as comunidades dependentes da pesca nas componentes económica, ambiental e social como forma de fazer face à diminuição dos recursos, aos baixos rendimentos da actividade, à fraca competitividade do sector e ao reduzido valor acrescentado dos seus produtos.

Durante o primeiro semestre de 2010 serão abertos os primeiros concursos para apresentação de candidaturas por parte dos promotores interessados.

CENTRO INTERPRETATIVO DE ATOUGUIA DA BALEIA

Já em fase de implementação, este centro interpretativo instalar-se-á na igreja de S. José e edifício anexo. Este espaço interpretativo tem como objectivo principal proporcionar uma visão integrada da Região Histórica de Atouguia da Baleia, abrangendo, para tal, conhecimentos de diversas disciplinas científicas.

CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE PENICHE – 2.ª FASE

A candidatura denominada "Construção da Biblioteca Municipal de Peniche - BM2" - 2.ª Fase, visa a obtenção de co-financiamento comunitário para concluir as obras de construção daquele equipamento. A candidatura a apresentar em 2010 contempla, parcialmente, a recuperação do edifício da 1.ª Central Eléctrica de Peniche, edifício com interesse histórico e arquitectónico, com um importante papel no imaginário colectivo de Peniche, localizado no centro urbano da localidade, junto dos principais serviços públicos e estabelecimentos de ensino.

A 1.ª fase do projecto consistiu em trabalhos de demolição, movimentação de terras, construção da super-estrutura em betão armado, alvenarias, revestimento, cobertura, isolamento e revestimento de paredes e tectos, estaleiro, instalações eléctricas e estaleiro.

O projecto dispõe de todas as valências e cumpre a totalidade dos requisitos exigidos para a tipologia de biblioteca em causa, faltando adaptar os projectos de especialidades à realidade resultante da rescisão do contrato com o empreiteiro, de modo a que possa ser lançado um concurso para a execução de nova empreitada.

FÓRUM MULTIUSOS DE SERRA D'EL-REI

Esta candidatura, a submeter no primeiro semestre de 2009 ao Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER), pretende promover a reabilitação de um imóvel de traça tradicional, localizado num espaço urbano central da vila de Serra D'El-Rei, com o objectivo de adaptá-lo a um fim multi-usos, transformando-o num pólo de apoio e estímulo ao desenvolvimento local.

Este projecto integra-se numa política municipal mais vasta de serviços de proximidade (Biblioteca, Espaço Internet, Correios, Acções de Formação e aulas diversas), de valorização do património e de aposta num turismo cultural. Estará igualmente integrado em várias Redes Municipais, com será o caso da Rede Museológica do Concelho, das Bibliotecas Municipais e Espaços Internet, permitindo um desenvolvimento integrado e inclusivo do território concelhio.

O projecto contempla a instalação de uma biblioteca versando a realidade do património e cultura locais, um espaço internet de acesso público e gratuito, um posto de Correios, uma sala multi-usos e gabinetes administrativos de apoio. No edifício anexo, será instalado o Centro Interpretativo de Serra d'El-Rei, com uma sala de exposição de longa duração, sala de exposições temporárias e sala de

reserva. O espaço exterior requalificado, irá contemplar a instalação de um parque infantil e um espaço de exposições ao ar livre.

APETRECHAMENTO TECNOLÓGICO DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO/JARDINS DE INFÂNCIA DO OESTE

Esta candidatura, apresentada pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, inclui o conjunto dos 12 municípios que constituem a região e visa aumentar a qualidade do ensino, através do desenvolvimento das competências dos alunos no âmbito das tecnologias da informação e da difusão da informação, melhorando a qualidade dos métodos de ensino, promovendo a diminuição das desigualdades e aumentando o interesse dos alunos durante os processos de aprendizagem.

Submetida em finais de 2009, trata-se de uma candidatura que ainda se encontra em processo de avaliação pelo Programa Operacional da Região Centro. Caso venha a ser aprovada, esta candidatura possibilitará a aquisição e instalação de quadros interactivos e videoprojectores em 57 salas de 7 escolas EB 1 e Jardins de Infância do Município de Peniche.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO OESTE – MODELO DE GESTÃO VOLTADO PARA O MUNÍCIPE

Promovido pela Comunidade Intermunicipal do Oeste - OesteCIM – este projecto pretende contribuir para o reforço da proximidade entre municípios e autarquias locais, através da simplificação de processo administrativos, baseados numa forte componente de modernização tecnológica.

A candidatura assenta em princípios como a uniformização de padrões de atendimento e prestação de serviços públicos municipais no Oeste, através da facilidade no acesso à informação por parte do município e da integração e interoperabilidade das soluções tecnológicas que suportam o sistema.

Trata-se de uma candidatura a submeter em Abril de 2010, com um investimento elegível aproximado de 3,5 milhões de euros, envolvendo 12 municípios, que apresenta um prazo de execução de cerca de 3 anos.

EDUCAÇÃO

A educação continua a ser um eixo estruturante na acção do Executivo Municipal para o actual mandato autárquico.

É intenção do Município a continuidade de uma política de parcerias com os Agrupamentos de Escolas, mantendo o protocolo como entidade promotora das Actividades de Enriquecimento Curricular e da difusão e promoção das Rendas de Bilros, junto da comunidade escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O ano lectivo 2009/2010, será marcado pela realização de actividades onde a preservação das rendas de bilros esteja presente. Assim, a partir do livro “Uma Simples História”, serão realizados trabalhos de expressão plástica, dramática ou aqueles que a imaginação e a criatividade proporcionem aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, cujos resultados deverão ter já tradução na Mostra Internacional de Renda de Bilros de Peniche 2010.

A política da Câmara, nesta área, terá sete eixos prioritários:

- A Carta Educativa do Concelho de Peniche, continuando com o trabalho de monitorização deste importante documento de orientação.
- A dinamização do Conselho Municipal de Educação, como espaço determinante para o planeamento do projecto educativo concelhio, traçando com todos os parceiros os objectivos educacionais a prosseguir.
- O desenvolvimento dos processos tendentes à construção faseada do Centro Escolar de Atougua da Baleia, Núcleos Escolares de Ferrel e Serra D’El Rei.
- A assumpção de novas responsabilidades e competências por parte da Autarquia ao nível do 2.º e 3.º Ciclos, a partir de 2010, de acordo com as decisões governamentais.
- A intervenção no Parque Escolar existente, com a continuação do investimento desta autarquia na substituição e modernização do equipamento e do mobiliário assim como, a aquisição de novas ferramentas tecnológicas adequadas às actuais exigências de ensino.
- Manutenção da política de auxílio às famílias, no que se refere ao apoio da Acção Social Escolar – Livros e Material Escolar. Progressivamente, alargar-se-á a oferta de refeições na Educação Pré-escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico.
- O reforço do número de Bolsas de Estudo aos estudantes do Ensino Superior, passando de 10 para 13 o número de beneficiários deste importante apoio social, por parte da Autarquia.

POLÍTICA SOCIAL

O Bem-Estar e a Qualidade de Vida da população do Concelho de Peniche são uma das preocupações do Município. Queremos um concelho socialmente coeso, onde a prevenção e o combate da pobreza e exclusão social e a melhoria do nível de saúde da população são prioridades na política social do Município.

Para que tal se concretize, têm vindo a ser consolidadas e reforçadas as medidas municipais de política social orientadas para uma participação activa de todos os actores sociais impulsionando uma intervenção multisectorial, que permita abarcar domínios tão vastos como a educação, a formação, o emprego, a habitação, a saúde, a cultura, o lazer, entre outros, tendo em vista assegurar a equidade de oportunidades no acesso aos direitos e deveres de cidadania.

Apostamos em medidas políticas que fomentem a proximidade às populações, estimulando uma efectiva participação cívica dos munícipes, em simultâneo com o desenvolvimento de um trabalho em parceria.

A intervenção com grupos mais vulneráveis como sendo crianças, jovens, idosos, pessoas portadoras com deficiência/dependência é evidenciada com maior preocupação nas medidas definidas. Estas abarcam por sua vez as famílias em que se inserem priorizando uma intervenção sistémica impulsionando um desenvolvimento pessoal e social.

POLITICA SOCIAL DE HABITAÇÃO

O Município entende que a habitação constitui um factor determinante para o bem-estar, a qualidade de vida e a integração das famílias. Neste sentido, a Câmara Municipal de Peniche encontra-se empenhada em encontrar as respostas aos problemas de carência habitacional, através do reforço dos instrumentos municipais de política social de habitação.

Na adopção dos princípios inerentes a uma política social de habitação, a Câmara Municipal está empenhada na melhoria das condições de habitabilidade das famílias carenciadas, mas igualmente, na promoção da qualidade de vida e integração social dessas famílias.

Nesta linha, preconiza uma intervenção integrada ao nível dos bairros sociais, isto é, que permita abranger, de forma combinada, complementar e coerente, as dimensões físicas e sociais dos bairros, em ordem a romper com o ciclo intergeracional de perpetuação de pobreza e de concomitante precarização das condições habitacionais. Procura-se assim conferir sustentabilidade ao processo de reabilitação social e física a levar a cabo no âmbito dos bairros de habitação social.

O apoio à integração social das famílias realojadas assentará numa lógica de proximidade, através da implementação de equipamentos e serviços nos bairros em que se prevê, destaque-se, a continuidade e o alargamento dos Gabinetes de Mediação Familiar para a promoção do acesso à cidadania e ao emprego.

Para enfrentar os desafios inerentes ao reforço de medidas na vertente da política social de habitação, o Município assume como finalidade a concretização das seguintes acções:

- Plano Local de Habitação
- Regulamento de Habitação Social
- Critérios de Atribuição de Habitação
- Processo de Realojamento
- Processo de Acompanhamento
- Aplicação Informática
- Gestão Social dos bairros
- Gestão de Rendas
- Apoio ao arrendamento aos Jovens – Porta 65
- Apoio a candidaturas no âmbito do programa SOLAR

PROHABITA

Tendo por finalidade a promoção do acesso das famílias mais carenciadas a condições habitacionais condignas, o Município de Peniche possui uma candidatura ao Programa Prohabita que pretende servir de suporte à política social de habitação, a qual está orientada para os eixos da reabilitação, da requalificação, da ampliação e da diversificação da oferta habitacional, bem como, da integração social, de modo a:

- Melhorar e valorizar as condições de habitabilidade dos bairros sociais;

- Favorecer a integração dos mesmos no tecido urbano;
- Aumentar a oferta habitacional do Município;
- Proporcionar oportunidades de acesso à habitação diversificadas, que não se esgotem na habitação social, de modo a proporcionar a disseminação das famílias carenciadas e a criar situações de coabitação social mista, como mecanismos de promoção da coesão social;
- Apoiar a integração social das famílias realojadas.

A operacionalização do programa Prohabita para o ano 2010 envolverá a reabilitação do exterior do edificado e espaços comuns do COOSOFI e Fernão Magalhães, o lançamento dos projectos necessários para o desenvolvimento da candidatura.

ACÇÃO SOCIAL

No âmbito da Acção Social Municipal cabem, de forma ampla, todas as iniciativas tendentes à prevenção e redução das situações de pobreza e/ou exclusão social. Considera-se importante continuar investir numa política de maior proximidade às populações, operacionalizada através de medidas tais como a Mediação Familiar/Gabinetes de Proximidade e Intervenção Comunitária,

GPS – GESTÃO DE PROXIMIDADE PARA A SUSTENTABILIDADE

O Município de Peniche continua apostado em desenvolver iniciativas de intervenção e desenvolvimento comunitário através do Projecto GPS – “Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade”, contemplando as populações residentes no Bairro Fernão de Magalhães, Edifício Coosofi e nas freguesias limítrofes à cidade (Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra D’El Rei).

O projecto GPS consiste num projecto de animação territorial que procura, numa base de proximidade, contribuir para o desenvolvimento comunitário, através da activação de respostas orientadas para a animação comunitária, facilitação do acesso à informação e serviços de apoio social, facilitação do acesso ao emprego ou auto-emprego, apoio ao empreendedorismo e promoção da cidadania.

O GPS mantém uma parceria activa e conta com 28 parceiros do âmbito das IPSS, Saúde, Educação, Segurança, Emprego e Formação, Autarquias locais. A envolvência desta Parceria permite um trabalho

em Rede com optimização de recursos técnicos e institucionais, o qual se tem revelado como resposta mais eficaz na resolução dos problemas que emergem no decorrer dos acompanhamentos.

Propõe-se para o ano de 2010, a continuidade dos 6 Gabinetes de Mediação familiar como medida de Proximidade à zona rural e Bairros Camarários, implementado nas freguesias de Atouguia da Baleia, Ferrel, Serra D'EL Rei e Peniche (Edifício Coosofi e Bairro Fernão de Magalhães) com periodicidade de funcionamento semanal.

Pretende-se dar continuidade ao trabalho à realização de uma mostra etnográfica de “Saberes, Sabores e Tradições”, em desenvolvimento desde o último trimestre de 2009, com objectivo de dinamizar actividades de vida pessoal e social da comunidade, envolvendo parcerias locais.

Afigura-se também fundamental a continuidade de realização de fóruns comunitários junto dos moradores da zona de Peniche abrangidos pelo Projecto GPS (Bairro Fernão de Magalhães e Edifício Coosofi), no sentido de uma participação pro-activa de identificação e resolução de problemáticas sentidas pelos mesmos.

Propõe-se ainda ir ao encontro aos interesses das populações através da dinamização do Associativismo, nomeadamente a constituição e organização de comissão de moradores nos bairros sociais, do processo de Alfabetização e do envolvimento em actividades de carácter comunitário.

Ao nível da capacitação do Actores Sociais e dando continuidade às actividades formativas desenvolvidas no ano de 2009 para técnicos da parceria GPS com intervenção na área social, saúde, segurança, educação, emprego e formação profissional, propõe-se uma reciclagem de saberes e saberes-fazer na área da intervenção e do desenvolvimento comunitário quer através de iniciativas do Projecto GPS, quer de iniciativas promovidas pela parceria.

MEDIAÇÃO FAMILIAR

Em complementaridade com respostas de proximidade criadas pelo projecto GPS a Câmara Municipal de Peniche propõe-se a criar em 2010, 2 novos Gabinetes de Mediação Familiar, funcionando um deles nas instalações do Serviço da Acção Social e um outro a ser implementado no Bairro do Calvário.

No âmbito das respostas de Mediação Familiar, a Câmara Municipal pretende disponibilizar aos seus munícipes as seguintes valências: o atendimento; a facilitação do acesso à informação, bens e serviços de apoio social; o apoio psicossocial; o aconselhamento; o encaminhamento; e o acompanhamento de casos.

Com estes novos Gabinetes de Mediação Familiar a Câmara Municipal passa a alargar as respostas de Apoio Social de Proximidade a todo o Território do Concelho de Peniche, nomeadamente a população das freguesias da Ajuda (com excepção do território Edifício Coosofi e Bairro Fernão Magalhães), S. Pedro e Conceição tendo como finalidade estabelecer uma maior proximidade às populações.

Pretende-se que estes gabinetes tenham uma evolução através da constituição de várias parcerias locais no âmbito do território a ser abrangido.

PROMOÇÃO DA CIDADANIA SÉNIOR

Uma outra vertente da Acção Social orienta-se para a população idosa e tem por objectivo a promoção de um envelhecimento saudável e o combate ao isolamento social.

Neste sentido, e no âmbito da Promoção da Cidadania Sénior, tem sido desenvolvido um plano de actividades elaborado pela Câmara Municipal o qual tem tido um significativo índice de participação do público-alvo e de organizações que trabalham com idosos.

Inclui-se neste âmbito a dinamização do equipamento social da responsabilidade da Câmara Municipal de Peniche, o Centro de Convívio de Peniche. O combate ao isolamento e a promoção de um envelhecimento saudável são os grandes objectivos deste Centro. Para tal é elaborado anualmente um plano de actividades em concertação com o plano da Promoção da Cidadania Sénior. São desenvolvidas actividades no âmbito cultural, artístico, promoção da saúde e Cidadania, incluindo acções para comemoração de datas assinaláveis, como sejam o Dia dos Avós, o Dia Internacional do Idoso, o Dia Mundial da Saúde e o Natal Sénior, entre outras.

Pretende-se o apoio ao alargamento da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio Social a Idosos, em articulação com o CLAS, o GMIEAA e o GPS.

Como mobilização dos idosos que se encontram em equipamento sociais pretende-se a constituição de um grupo Coral.

GMIEAA – GABINETE MUNICIPAL DE INICIATIVA, EMPREENDEDORISMO E APOIO AO ASSOCIATIVISMO

O empreendedorismo é um dos pilares da Estratégia Europeia para o Emprego. No âmbito do documento de estratégia do próprio concelho, Peniche 2025¹, estabelece-se que um dos Vectores Estratégicos é a Inovação e a Competitividade, que passa por criar condições para a instalação no concelho de “novos empreendedores com investimentos de qualidade e inovadores”.

Sabemos também que o empreendedorismo pode ser fomentado por 3 vias²:

- Pelo investimento numa cultura mais empreendedora (o que passa pelo fomento do espírito empreendedor junto dos mais jovens)
- Pelo apoio e sustentação de novas iniciativas empresariais
- Pela animação de redes de cooperação e desenvolvimento.

O trabalho a desenvolver no âmbito das competências atribuídas aos próprios Municípios deve assim perseguir o objectivo do fomento de uma cultura empreendedora que se traduza no desenvolvimento integrado e coordenado do próprio concelho, convergindo para um outro pilar estratégico do documento Peniche 2025: a Coesão Social e Territorial.

Pretende-se promover um concelho que prime por ser um território coeso “que se articule com os princípios da competitividade e propicie um desenvolvimento equilibrado do território relacionado com o acesso aos serviços e equipamentos desportivos”. Acreditamos que uma forma de se atingir este objectivo passa por apoiar o associativismo local, nas suas várias áreas de abrangência: social, desportivo, recreativo/lazer e juvenil.

No contexto que se apresentou, urge reformular as estruturas existentes ao nível do próprio Município, de forma a dar uma resposta mais adequada que permita a prossecução dos objectivos partilhados que nos são apresentados no documento Peniche 2025.

1 Peniche 2025- Diagnóstico Estratégico – Estratégia de Desenvolvimento e Programas de Actuação – Versão de Fev/2009.

2 Ana Vale, Gestora da EQUAL – Portugal, no caderno “Recursos para o Empreendedorismo- Soluções de Inovação Social”.

O fomento e apoio ao empreendedorismo têm sido levados a cabo através do apoio à criação e consolidação de projectos para criação/desenvolvimento de empresas locais. Também tem sido levado a cabo, mediante a condução de iniciativas que fomentam o espírito empreendedor junto dos mais jovens, bem como dos próprios empresários do concelho.

O Gabinete de Iniciativa e Empreendedorismo tem sido a estrutura que tem operacionalizado estas actividades.

Entendemos que com base no que se apresentou no ponto anterior, que esta estrutura deve ter também um papel activo na promoção do associativismo local, enquanto motor ao serviço da promoção de uma cultura empreendedora e com iniciativa, promovendo metodologias de trabalho que conduzam a uma visão mais sustentável do próprio concelho. Defende-se um apoio ao associativismo numa lógica de promoção de trabalho em rede e de apoio técnico às associações locais, no desenvolvimento dos seus planos de actividades, na concretização/formalização de candidaturas/pedidos de apoios.

Pretende-se desta forma, que esta estrutura existente tenha um papel ainda mais activo no fomento do empreendedorismo, quer pela via dos mais jovens, quer das empresas quer das associações locais.

Propõe-se a elaboração de Carta de Associativismo enquanto instrumento regulador do ordenamento, organização e funcionamento dos recursos associativos.

O trabalho a que nos propomos tenderá a ser desenvolvido em estreita articulação com os vários departamentos da Câmara Municipal de Peniche e parceiros sociais de acordo com as necessidades sentidas em cada momento, nomeadamente o GPS, Rede Social, pelouro da juventude.

Ao nível da promoção da iniciativa empresarial, pretende-se manter o atendimento e auscultação aos promotores/empresários, facilitando-lhes informação, apoio e acompanhamento no desenvolvimento dos seus planos de investimento, nomeadamente ao nível dos canais de financiamento existentes em cada momento.

Este trabalho será sempre desenvolvido em estreita articulação quer com os diversos departamentos camarários com competências nas áreas respeitantes a cada tipologia de negócios, quer com entidades externas, no que concerne às vias de financiamento existentes.

Pretende-se a participação em iniciativas que se traduzam pelo fomento da actividade económica e da iniciativa empresarial, nos mais diversos sectores de actividade, como por exemplo, a II Mostra

Agrícola Concelhia – Hortas de Peniche 2010, assim como em iniciativas que promovam uma cada vez uma maior proximidade entre a área social e a área empresarial.

Será prestado apoio técnico às associações locais, no desenvolvimento dos seus planos de actividades, na concretização e/ou formalização de candidaturas e pedidos de apoio.

MERCADO SOCIAL DE EMPREGO

O mercado social de emprego no combate à exclusão social, inclui medidas de integração social que proporciona ao indivíduo integrar-se no mundo do trabalho. No entanto, estas medidas apresentam metas temporais, onde é necessário durante a vigência do mesmo proporcionar incentivos para que o indivíduo faça o seu desenvolvimento pessoal e social.

Muitas das vezes a exclusão social destes indivíduos surge, sobretudo, pelas fragilidades que apresentam nomeadamente ao nível da qualificação. Neste sentido, a Câmara Municipal de Peniche ao desenvolver estas medidas, em parceria com Instituto Emprego e Formação Profissional, entende que deve realizar um trabalho de proximidade, que lhes permita um desenvolvimento pessoal e social, melhorando as hipóteses de integração de empregabilidade.

Para tal propõe-se a elaboração de processos de candidaturas CEI, CEI e Vida Emprego, reuniões mensais com os responsáveis, diagnóstico das condições sócio demográficas do indivíduo que está abrangido pelo CEI, CEI+ e Vida Emprego e abranger cada indivíduo por um contrato de inserção ajustado.

PARCERIAS

A intervenção social pressupõe a articulação com outras instituições de âmbito local, regional e nacional, enquadrados nos mais diversos domínios, como por exemplo, o emprego, a educação, a formação, a segurança social, a habitação e a saúde, numa base de cooperação e complementaridade, em ordem à racionalização dos recursos e à integração das medidas de inclusão.

É de sublinhar, neste âmbito, o envolvimento do Município em parcerias formais e informais, como acontece no caso da Rede Social, do RSI (Rendimento Social de Inserção), da CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens), do GIP (Gabinete de Inserção Profissional), do Projecto Azimute

270º, do PRI – Programa de Respostas Integradas, do qual faz parte o PRIMAR e o CLIC, do Atelier da Família e do Projecto Ala Arriba.

REDE SOCIAL

No âmbito da Rede Social, estrutura de parceria institucional que é presidida pela Câmara Municipal de Peniche e que tem por finalidade promover a confluência e a congregação de recursos para o combate à pobreza e exclusão social, estabelece-se como meta prioritária a ratificação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), a elaboração e implementação do Plano de Acção para 2010 e o reforço do sistema de informação da Rede Social (boletim semestral e newsletter mensal).

Estas opções estratégicas visam potenciar a eficácia das medidas locais de combate situações de risco e de exclusão, através da disponibilização de instrumentos de suporte ao trabalho em rede nos domínios da inclusão social e do desenvolvimento social concelhio.

De uma forma particular e com o objectivo de contribuir para aproximação entre o sector social e empresarial propõe-se para a Rede Social a constituição e a dinamização do grupo de trabalho Formação/Emprego e Empreendedorismo.

GIP - GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito da candidatura aprovada em 2009, para a criação de um Gabinete de Inserção Profissional, pretende dar-se continuidade ao trabalho desenvolvido, consistindo este num serviço de apoio a jovens e adultos desempregados para a definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita cooperação com o Centro de Emprego de Caldas da Rainha.

O trabalho a desenvolver será sempre feito em estreita articulação com os restantes serviços do Pelouro da Solidariedade Social e da restante estrutura camarária, bem como com o Conselho Local de Acção Social.

De acordo com a legislação em vigor, os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP) têm por objectivo apoiar jovens e adultos desempregados na definição ou desenvolvimento do seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, em estreita articulação com os Centros de Emprego.

COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PENICHE

O Município manterá o necessário Apoio administrativo/logístico, organizacional e jurídico à CPCJ, continuando a assegurar o apoio técnico na gestão de casos.

SAÚDE

O bem-estar e qualidade de vida da população do concelho passa igualmente por uma definição e implementação de uma Política Municipal de Saúde assente em pilares como a participação e complementaridade e cooperação entre os diferentes actores locais com responsabilidade na área.

No sentido de promover a convergência dos diferentes sectores institucionais, propõe-se a Constituição da Comissão Municipal de Saúde com os seguintes objectivos:

- Criar condições para contribuir para o planeamento estratégico e o desenvolvimento concelhio da saúde pública;
- Contribuir para a definição de uma política de saúde a nível municipal;
- Acompanhar o Plano Director do Hospital de Peniche;
- Acompanhar a constituição da UCC, da USF, das Unidades Personalizadas – Levantamento das necessidades de cuidados de saúde;
- Promover a integração do Ala-Arriba na Rede de Cuidados Continuados Integrados e melhoria da cobertura concelhia no que diz respeito aos cuidados continuados integrados;
- Participar no Conselho da Comunidade;
- Promover a articulação com os serviços de saúde locais na dinamização de projectos para a promoção da saúde nomeadamente no âmbito de Hábitos de vida Saudáveis, ambientes saudáveis, obesidade e alcoolismo;
- Contribuir para a saúde dos trabalhadores da CMP – Combate aos consumos nocivos nomeadamente alcoolismo.

TURISMO

O turismo tem sido uma constante aposta da CMP, potenciando todo o rico património tangível e intangível de Peniche. Apostar nesta actividade pluridisciplinar é um dos factores chave para o desenvolvimento económico e social do concelho.

No ano de 2010 prevê-se uma aposta continuada na promoção no destino Peniche e às suas potencialidades demonstrando como a diversidade de património pode atingir vários públicos. Pretende-se um aumento da atractividade e uma diminuição da sazonalidade, principalmente através da diferenciação do turismo relacionado com a marca “Peniche - Capital da Onda” e do touring cultural, designado pelo PENT como um dos produtos estratégicos para o Oeste.

Os últimos anos têm efectivamente comprovado uma maior e crescente afluência ao destino pelos números estatísticos recolhidos nos dois postos de turismo.

Além do património as actividades de animação, dos mais variados âmbitos: culturais, recreativas, desportivas, etnográficas... constituem-se como atractivos do destino, deste modo serão mantidas e constantemente melhorados os programas de animação de “Verão que é bom!” e do Carnaval Penicheiro.

Em 2010 O festival sabores do mar continuará a constituir uma iniciativa de promoção do concelho e das suas actividades económicas.

Deveremos também destacar a Mostra de Renda de Bilros, que em 2009 contou com a presença de nove comitivas estrangeiras e uma portuguesa. Esta merecerá uma especial atenção, no sentido de manter e eventualmente melhorar a qualidade deste certame. A presença da renda de bilros na Mostra de Encaixe de Camariñas (Espanha) assim como na FIA (Feira Internacional do Artesanato) e na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) serão novamente uma realidade.

Depois da experiência realizada a 28 de Agosto de 2009 com o Festival de Folclore de Peniche, é intenção realizar um Festival Internacional de Folclore, com a participação de grupos etnográficos

estrangeiros. Continuarão igualmente a ser dinamizadas outras iniciativas de animação, tais como os Percursos pelo Património e o VII Artes da Dança.

Ciente da importância da promoção e divulgação da imagem de Peniche a nível regional e nacional, o Município desenvolverá todos os esforços visando a sua participação em feiras, festivais, conferências e seminários relacionados com a temática do turismo e promoção do concelho.

PROTECÇÃO CIVIL

O enquadramento institucional e operacional do Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) é uma realidade na Câmara Municipal de Peniche, nomeadamente com a nomeação do Comandante Operacional Municipal (COM) e com a publicação do Regulamento do SMPC.

A sua prioridade passa por criar instrumentos que potenciem a qualidade do serviço prestado, em particular o Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, actualizado face à Resolução n.º 25/2008. Este instrumento está em fase de conclusão e será, no primeiro trimestre de 2010, uma existência revitalizada para a orientação de comando e actuação de várias Entidades, Organizações e Instituições.

A planificação deste serviço para 2010 passa, igualmente, por uma maior aproximação à população, particularmente aos jovens em idade escolar, com a promoção dos Clubes de Protecção Civil, dotando os jovens de informação que pode ter um verdadeiro e indispensável protagonismo num sistema que visa, em última instância, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e um aperfeiçoamento da Cultura de Segurança de todos.

TRÂNSITO

A dinamização da Comissão de Trânsito ir-se-á traduzir essencialmente pela realização de 3 reuniões ordinárias anuais, complementada com uma prática de implementação de medidas concretas. Está prevista a melhoria da sinalização vertical e horizontal existente e a implementação de semaforização em três zonas consideradas como pontos nevrálgicos da cidade: Zona da rotunda do antigo Dispensário; Cruzamento da Rua General Humberto Delgado, com a Avenida Arquitecto Paulino

Montez e Rua General Humberto Delgado com a Avenida João Paulo VI e Passadeira na Avenida Porto de Pesca, com controlo de velocidade.

Irá ser equacionada a aplicação de acalmias de trânsito nas vias de acesso às principais praias do Município, com a colocação de equipamentos adequados, assim como a pintura de vias rodoviárias entre a Cerâmica Rosário e Bolhos e Ribafria, entre a Estrada Alto do Veríssimo e S. Bernardino e a Estrada Marginal Norte.

O ordenamento e organização das zonas de estacionamento da Cidade e nas zonas de Praia irão merecer uma intervenção dos serviços municipais. Será preocupação prioritária da Comissão de Trânsito encontrar uma solução para o ordenamento do trânsito dos Largos 5 de Outubro e D. Pedro V, garantindo a segurança dos peões e a implementação de um novo sistema de circulação na Rua José Estevão.

AMBIENTE

De modo a resolver o problema de poluição do Rio São Domingos, foi constituído em Novembro de 2009 um grupo de trabalho liderado pelo Director de Departamento de Energia e Ambiente, o qual está responsável por encontrar as soluções que conduzam à resolução definitiva desta situação.

Para que parte do problema seja resolvido é necessário implementar as acções conducentes ao tratamento das águas residuais originadas na localidade de Ferrel, de acordo com o planeamento e os trabalhos indicados pelos Serviços Municipalizados.

A contínua ligação da foz ao mar permitiria atenuar de modo significativo os impactes negativos da acumulação de água em virtude do efeito de diluição e dispersão daí resultante. As soluções técnicas que impeçam o constante assoreamento terão de ser encontradas juntamente com o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos.

Por outro lado, será importante promover reuniões de trabalho conjuntas entre a Administração Regional Hidrográfica do Tejo (ARH-TEJO), a Câmara Municipal e os proprietários agro-industriais, de modo a que seja encontrada o mais rapidamente possível a solução para este problema.

Perspectiva-se igualmente a realização em 2010 de um estudo piloto no Rio de S. Domingos pela ARH Tejo, no âmbito da Estratégia para Protecção e Valorização do Litoral, que incluirá a caracterização hidráulica, biofísica, qualidade da água, paisagística, social e cultural, bem como o diagnóstico e identificação dos problemas de escoamento, condições ecológicas, estado das massas de água e sua fruição pública.

O Arquipélago das Berlengas integra a lista de 21 locais da qual serão designadas as “7 Maravilhas Naturais de Portugal”. A escolha dos 21 finalistas foi realizada por um painel de especialistas nacionais de inegável mérito, sendo o justo reconhecimento do elevado valor do património natural e arqueológico, aliado ao seu grande interesse conservacionista do Arquipélago das Berlengas.

A submissão da candidatura foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Peniche, que nos últimos anos tem desenvolvido uma política efectiva ao nível da preservação, promoção e divulgação do património natural do concelho de Peniche.

No caso específico do Arquipélago das Berlengas, ao participar neste iniciativa plena de oportunidade, dado que em 2010 é comemorado o Ano Internacional da Biodiversidade, pretende-se sobretudo contribuir para que cada vez mais os visitantes e habituais frequentadores da Ilha da Berlenga exibam comportamentos de respeito por tão importante espaço natural e, acima de tudo, consigam admirar e reconhecer a razão pela qual o Arquipélago das Berlengas é considerado uma das mais importantes Reservas Naturais Marinhas de Portugal.

Actualmente colocam-se grandes desafios às áreas protegidas e o Arquipélago das Berlengas não é excepção. Um dos grandes desafios é a compatibilização entre a presença humana e a conservação da natureza, sendo de todo necessário encontrar o equilíbrio entre diferentes actividades humanas, de modo a que se caminhe no sentido do desenvolvimento sustentável.

Consciente do anteriormente referido, a Câmara Municipal de Peniche vai continuar a dinamizar projectos que promovam não só uma das maiores riquezas e elementos distintivos do seu território – Património Natural – como na criação de condições para a sua conservação. Exemplo disso é o projecto Berlenga – Laboratório de Sustentabilidade, a candidatura da Berlenga a Reserva da Biosfera da UNESCO, Coastwatch – Olhar pelo que é Nosso! e a valorização e promoção dos seus registos

geológicos, dos quais destaca o Imóvel de Interesse Municipal da Ponta do Trovão, dada a sua importância ao nível dos registos geológicos.

RELACIONAMENTO COM OUTROS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

Os protocolos de transferência de competências para as Juntas de Freguesia, tanto para as da Cidade, como para as rurais, irão ser revistos, no sentido de serem ampliadas as suas competências em novas áreas de actuação.

Manter-se-á um relacionamento colaborante com estes órgãos, através da sua presença nas reuniões do Mapa de Obras e na recolha de contributos para a elaboração de documentos previsionais.

Quanto à Assembleia Municipal, a Câmara irá propor que a política de descentralização de sessões nas Freguesias rurais seja continuada e que seja retomada a realização de sessões temáticas sobre assuntos relevantes para o Município.

OBRAS MUNICIPAIS

A política de execução de um número considerável de obras municipais por administração directa irá prosseguir, permitindo uma maior celeridade de execução e a absorção de um número considerável de trabalhadores desempregados de Peniche, quer através da contratação a termo resolutivo certo, quer através de programas levados a efeito pelo Centro de Emprego. No entanto, para as obras de maior dimensão ou complexidade, serão utilizadas as empreitadas.

Das várias intervenções previstas, destaca-se a execução das seguintes obras:

- Reabilitação do Terminal Rodoviário;
- Recuperação de habitação social existente;
- Obras da zona do Coosofi/Verde Mar;
- Intervenções nas Freguesias do concelho;
- 2.ª Fase do Museu de Atouguia da Baleia;
- Intervenção no espaço da Feira da Bufarda;

- Início da recuperação de imóvel destinado a sede da Junta de Freguesia da Serra D'El Rei;
- Recuperação dos Lavadouros dos Casais Mestre Mendo;
- Arranjo urbanístico da zona da Rua Cidade de Seia – Peniche;
- Melhoramentos na rede viária;
- Adaptação gradual dos Parques Infantis públicos à nova legislação;
- Construção de passeios no Campo da República;
- Reabilitação da ponte rodoviária entre Ribafria e Bolhos

POLÍTICA CULTURAL

A cultura deve desempenhar um papel decisivo na definição e execução de uma política que promova a valorização territorial e a coesão social, tendo como base uma componente simultaneamente formativa e lúdica.

Reconhecendo esta dimensão transversal, elegeram-se, no âmbito da programação proposta, quatro objectivos gerais, aos quais se pretende dar cumprimento, centrados na valorização da identidade e cultura locais, promoção da cidadania e coesão social, formação de públicos para a cultura e na valorização dos agentes culturais concelhios.

A valorização do património cultural concelhio, assumido numa perspectiva identitária e, simultaneamente, de vector de qualificação da oferta turística local, assenta num programa estruturado de intervenções visando a identificação, preservação, estudo e divulgação deste activo de diferenciação e afirmação territorial.

Reconhecendo a identificação do património cultural existente, enquanto componente basilar na concretização deste desiderato, dar-se-á continuidade ao processo de levantamento e registo do património cultural móvel e imóvel do concelho de Peniche.

Serão desenvolvidas várias intervenções no domínio da conservação e restauro de património cultural móvel e imóvel, sendo igualmente disponibilizado apoio técnico a trabalhos desenvolvidos por outras entidades neste domínio.

Continuarão a ser apoiados os projectos de investigação no domínio da Arqueologia, com destaque para o projecto de escavação arqueológica do sítio do Morraçal da Ajuda (cidade de Peniche), em curso deste 1998, e que tem possibilitado a redescoberta do passado conserveiro de Peniche.

Deseja-se dar continuidade ao projecto “Rota das Igreja do Concelho de Peniche”, dinamizado em parceria com as paróquias de Peniche, Atouguia da Baleia e Serra d’ El-Rei, e as Misericórdias de Peniche e Atouguia da Baleia.

Será dada continuidade à implementação da Rede Museológica Municipal, através da instalação do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia, contemplando a realização de inventário participativo, em articulação com várias entidades desta freguesia, e do desenvolvimento do projecto do Fórum Cultural Multiusos de Serra d’El-Rei.

Atendendo ao papel que a cultura, nas suas diversas formas de expressão, pode desempenhar na concretização dos objectos expostos, pretende-se desenvolver um amplo projecto que, tendo como móbil a arte como força criativa, nas suas vertentes plástica (pintura, escultura, fotografia e desenho), do espectáculo (teatro, cinema, música e dança) e literária (prosa e poesia), contribua decisivamente para a coesão social e valorização sociocultural da comunidade. Neste sentido, serão dinamizadas actividades formativas de iniciação e qualificação no domínio do teatro, da música e da dança, salientando-se a actividade do Estúdio Municipal de Dança.

Este projecto de fundo, versa a promoção cultural da comunidade, envolvendo a comunidade escolar, associações e colectividades, bairros sociais e agentes culturais, provendo uma verdadeira cultura para a cidadania e de valorização pessoal, contribuindo para a formação de novos públicos consumidores de cultura. Será lançado o projecto “A poesia anda por aí”, dinamizado pela Biblioteca Municipal, visando a promoção da leitura e divulgação do texto poético em diversos locais do concelho, reforçando a oferta formativa disponibilizada por esse equipamento, com particular incidência junto da comunidade escolar.

Reconhecendo-se a necessidade de otimizar a divulgação das actividades e eventos culturais e desportivos realizados no espaço concelhio pela Câmara Municipal, juntas de freguesia, associações e colectividades, será publicada a Agenda Cultural e Desportiva.

Pretende-se desenvolver uma programação cultural descentralizada que aposte igualmente na valorização dos actores e agentes culturais concelhios, facto traduzido no desenvolvimento de

actividades no domínio da formação artística, bem como no apoio à realização de eventos e exposições, alguns dos quais em equipamentos municipais.

Continuarão a ser celebrados os meses temáticos, como o Mês do Teatro (Março), este ano dedicado a Raul Solnado, o Mês da Liberdade (Abril) e o Mês do Mar (Novembro).

Ao longo do ano terão lugar várias exposições, tendo como palco a Sala de Exposições do Edifício Cultural e a Sala do Governador no Museu Municipal de Peniche. Destacam-se a continuidade da exposição “Peniche, a chave do reino: 400 anos a defender Portugal”, comemorativa dos 4º centenário da elevação de Peniche a vila e sede de concelho (1609), a exposição “Raul Solnado – Podió chamá-lo”, a decorrer entre 15 de Março e 4 de Abril, bem como exposições temáticas versando a evocação da “Revolução dos Cravos” (Abril) e do Centenário da República (Outubro). No entanto a grande aposta vai para a valorização dos artistas plásticos locais, com várias exposições individuais e colectivas.

Durante o Verão decorrerão eventos lúdicos que dinamizarão diversos equipamentos culturais outdoor, nomeadamente a Fortaleza e o Fórum da Parreirinha.

Reconhecendo o papel da Fortaleza de Peniche no panorama histórico nacional decorrerá neste espaço um ciclo de conferências intitulado “Conferências do Forte”, aludindo a temáticas como a Memória, o Mar e a República.

No que toca às infra-estruturas, pretende-se dar continuidade ao projecto de construção da nova biblioteca municipal, concluir a execução do projecto da 2ª fase de recuperação da Igreja de S. José e construção do edifício do Centro Interpretativo de Atouguia da Baleia e apostar na requalificação da Fortaleza e do Museu Municipal.

POLÍTICA DESPORTIVA

Pretende-se dar continuidade a uma metodologia que se alicerça na existência de um eixo estratégico de intervenção, no qual se entroncam diferentes objectivos nas áreas do apoio e incentivo à prática desportiva organizada, apoio às dinâmicas sócio-desportivas e incremento do associativismo local.

A promoção do desporto como factor de saúde e qualidade de vida em projectos de desporto para todos, como é o caso do “Peniche Activo” consistirá num Programa Municipal de Actividade Física e promoção da saúde englobando a implementação plurianual de vários projectos específicos, destinados a diferentes públicos e pretendendo fomentar o Desporto no nosso concelho e proporcionar a todos os cidadãos estilos de vida activos e melhor qualidade de vida.

Deste programa farão parte os seguintes sub-programas: Vamos à Prova; População em Forma Clube -55; Saúde em Movimento Clube +55; Manhãs de Lazer e Desporto no Parque; Põe-te a Mexer na Praia – Fitness; Escola Municipal de Desporto, Agenda Desportiva e Formação Desportiva.

No seguimento do que atrás foi exposto pretende-se implementar os seguintes projectos para 2010: Agenda Desportiva; Saúde em MovimentoClube +55; Manhãs de Lazer e Desporto no Parque; População em FormaClube -55

Particularmente importante no conteúdo da programação desta área e a que será dado um forte apoio, é a realização de actividades relacionadas com os desportos da fileira da onda, de âmbito nacional e internacional. No tocante ao Surf e Bodyboard serão apoiadas as provas dos circuitos mundial (Rip Curl Pro 2010), europeu, nacional e peninsular.

Em destaque estará mais uma vez as edições 2010 da Corridas das Fogueiras e da Corrida das Fogueirinhas, que se esperam continuar a ser mobilizadoras como sempre, tanto em termos de participantes, como de organização, o 27º Triatlo Cidade de Peniche, o Corta Mato Escolar e a Corrida do 1º Ciclo – AEC’S 2010.

A concessão de apoios a eventos organizados por associações e clubes desportivos do concelho, nas mais diversas áreas, continuará a merecer a atenção da Autarquia, assim como a manutenção de uma política de atribuição de subsídios às associações em actividade, com vista a possibilitar a solução de problemas decorrentes do seu normal funcionamento. Os montantes a atribuir terão em conta a actividade e a dimensão de cada associação desportiva.

Pretende-se elaborar a Carta Desportiva que constituirá um documento orientador fundamental para a operacionalização estratégica da Política Desportiva Municipal. O objectivo deste documento estratégico para o desenvolvimento desportivo do município será identificar as necessidades de infra-estruturas, oferta de serviços e o tipo procura de prática desportiva.

A Carta Desportiva é um documento que reúne informações sobre três realidades: Participação desportiva – Situação desportiva do Concelho em termos de prática desportiva (praticantes desportivos, actividades praticadas, procura potencial, actividades desejadas, motivações para a prática desportiva, etc.); Associativismo Desportivo – Informações individualizadas sobre as características dos clubes (Contactos, situação desportiva, atletas, histórico, etc.); Oferta Desportiva – Conjunto de todas as instalações desportivas do concelho (áreas, tipo de gestão, modalidades passíveis de serem praticadas, condições, etc.).

Por último, importa reforçar a importância da realização em Peniche de provas de âmbito nacional e internacional, como factor de valorização da componente turística e promocional da cidade e desenvolvimento económico, associado à prática desportiva.

JUVENTUDE

A Política Municipal da Juventude assenta em três pilares: Participação, Cooperação e Formação. Tem por missão promover um desenvolvimento da Juventude assente por um lado, numa participação activa e democrática, permitindo uma cooperação inter-pares e interinstitucional, direccionada para um envolvimento e um trabalho em rede, e por outro, assente na promoção das competências pessoais e sociais.

No cumprimento desta missão terá que se proceder ao conhecimento e articulação dos vários intervenientes locais na área da juventude criando dinâmicas construtivas. Para a prossecução da missão do Pelouro da Juventude, torna-se necessário a constituição de um Gabinete da Juventude, em estreita articulação com o já existente SPOT da AJP, e que terá dois eixos de actuação:

O atendimento/acompanhamento personalizado aos jovens do concelho, no sentido de apoiar as suas iniciativas, encaminhá-los para as várias estruturas existentes de acordo com as necessidades dos jovens nas várias áreas em complementaridade com as já desenvolvidas pelo SPOT: habitação, saúde, empreendedorismo, orientação profissional, cultural e artística, desporto;

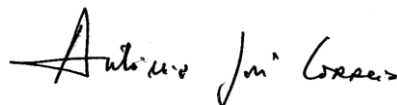
A promoção do trabalho em rede entre as associações/grupos juvenis existentes, bem como com as associações que promovem actividades para estes, numa lógica de intervenção comunitária.

Em 2010, serão dinamizadas as seguintes de actividades:

- Levantamento/accompanhamento das associações juvenis concelhias, bem como das suas actividades.
- Levantamento/accompanhamento das associações concelhias (desportivas, culturais, recreativas) que promovem actividades para os jovens.
- Concertação entre os vários intervenientes locais na área da Juventude, no sentido da promoção de uma Juventude pró-activa, verdadeiramente parceira e interlocutora na rede.
- Acolhimento/intervenção/accompanhamento dos jovens no sentido de apoiar as suas iniciativas, sempre numa lógica de articulação com os restantes serviços camarários e associações existentes.
- Planeamento anual dos apoios logísticos, técnicos e financeiros para as actividades a desenvolver na área da Juventude.
- Reavaliação/requalificação do recurso Casa Municipal da Juventude.
- Preparação das condições para implementação do Conselho Municipal da Juventude.
- Assegurar as iniciativas sedimentadas no âmbito da Juventude, como sejam a Semana da Juventude (que terá uma orientação por áreas temáticas: cultural/artística; emprego/formação; saúde; desporto; associativismo) e a Feira de Ensino, Formação e Emprego Orient@-te. Pretende-se ainda assegurar outras iniciativas que tenham enquadramento nos objectivos gerais deste Pelouro.

Peniche, 16 de Abril de 2010

O Presidente da Câmara Municipal de Peniche



(António José Correia)